



JORNALISMO PRONTO PARA A CRISE:

ANTECIPANDO AMEAÇAS LEGAIS E RESPOSTAS ESTRATÉGICAS

ANTECEDENTES

O jornalismo investigativo sempre foi um trabalho perigoso, mas com as ameaças ao estado de direito em todo o mundo, bem como com o aumento da prevalência e aceitação da desinformação, o trabalho dos jornalistas investigativos tornou-se mais crítico e mais perigoso do que nunca. Os jornalistas e as redações enfrentam regularmente novas táticas destinadas a limitar sua capacidade de informar, que muitas vezes são específicas do país em que atuam e podem variar de: ações judiciais destinadas a intimidá-los, silenciá-los ou levá-los à falência; medidas oficiais para restringir as atividades e até mesmo a existência da mídia independente; processos e detenções com base em alegações fabricadas. Esses ataques ameaçam a segurança pessoal, a liberdade, a reputação e a segurança financeira de jornalistas, editores, editoras e proprietários de mídia.

A ameaça de retaliação legal ou física por informar sobre assuntos de interesse público prejudica a profissão de jornalista e, portanto, a sociedade civil e a governança democrática. Em resposta a essas crescentes ameaças contra jornalistas, o Global Media Defense Fund da UNESCO está apoiando generosamente o Cyrus R. Vance Center for International Justice (o "Vance Center") - um programa do Bar (associação de advogados licenciados) da Cidade de New York Fund, Inc. - em seus esforços para aumentar a proteção da mídia e melhorar o acesso dos jornalistas à assistência jurídica especializada.

O Programa de Reportagem de Interesse Público do Vance Center recebe regularmente solicitações de assistência jurídica de jornalistas e organizações de mídia independentes de todo o mundo que enfrentam ameaças existentes ou iminentes de governos, ou interesses poderosos, ou individuais, decorrentes de suas reportagens publicadas ou planejadas. Essas ameaças representam desafios significativos para aqueles comprometidos com o jornalismo independente.

A iniciativa de Mídia Exilada do Programa busca oferecer aos jornalistas em situação de risco, maior acesso à representação jurídica gratuita, para que possam continuar com segurança seu trabalho fundamental. Ela se concentra principalmente no apoio a jornalistas que precisam ajustar suas localizações ou estruturas organizacionais para lidar com ameaças à sua segurança e à liberdade de informar. Utilizando nossa experiência jurídica interna e o modelo exclusivo de consultoria conjunta com escritórios de advocacia em todo o mundo, o Vance Center se esforça para fornecer assistência jurídica proativa a jornalistas e organizações de mídia para protegê-los de ataques legais e extralegais que ameaçam suas vidas, carreiras e/ou publicações.

ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Estas diretrizes fornecem apenas informações. Elas não se destinam e não constituem aconselhamento jurídico e não criam um relacionamento advogado-cliente com qualquer pessoa ou entidade.

JORNALISMO PRONTO PARA A CRISE

DIRETRIZES

As diretrizes a seguir giram em torno de três estratégias práticas[1] para ajudar os jornalistas investigativos e as redações a antecipar e responder a determinadas ameaças legais[2]:

>> Como evitar reclamações de difamação e afins

>> Documentação legal

>> Realocação, formação de empresas e isenção de impostos

1. PREVENIR E DEFENDER-SE CONTRA DIFAMAÇÃO E RECLAMAÇÕES RELACIONADAS

IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA

Os indivíduos e as empresas que são objetos de reportagens investigativas em todo o mundo exploram cada vez mais o sistema jurídico para distrair ou intimidar os jornalistas e esgotar as finanças dos meios de comunicação, especialmente aqueles que são independentes e não têm recursos financeiros. Sabemos que a ameaça de retaliação legal tem levado as redações a eliminar histórias, suavizar descobertas ou buscar investigações de menor impacto para evitar serem arrastadas para processos judiciais frívolos.

As ações judiciais estratégicas contra a participação pública - ou SLAPPs - transformaram a lei em uma arma. Mas muitas vezes, as SLAPPs não têm mérito e não se sustentam no tribunal. Um desenvolvimento preocupante é o uso cada vez maior da difamação civil, principalmente em países que a descriminalizaram, resultando em penalidades financeiras excessivas com o objetivo de levar os jornalistas à falência ou pressioná-los a se autocensurarem. Esses casos geralmente envolvem batalhas jurídicas longas e caras com padrões de prova mais baixos e, em algumas jurisdições, os jornalistas não têm acesso à assistência jurídica, o que dificulta a montagem de uma defesa adequada. No entanto, o processo pelo qual um jornalista é forçado a contratar um advogado e dedicar seu tempo à defesa tem um efeito inibidor significativo sobre a liberdade de expressão.

Alguns países reagiram à crescente ameaça de SLAPPs promulgando legislação anti-SLAPP. Notavelmente, vários estados dos EUA, Canadá e Austrália têm leis anti-SLAPP, enquanto o Reino Unido e a União Europeia as estão desenvolvendo.[3] Diversos escritórios de advocacia no Reino Unido permitem regularmente que oligarcas e funcionários públicos atuais ou antigos retaliem reportagens que expõem sua corrupção. Os processos em todas essas jurisdições, especialmente no Reino Unido, são demorados e caros, mesmo quando, em última análise, inocentam os réus da mídia, levando a pedidos de legislação anti-SLAPP.

[1] Esta não é uma lista exaustiva de estratégias jurídicas. São apenas três opções que utilizamos regularmente no Vance Center e que são consideradas úteis por nossos clientes.

[2] Essas diretrizes tratam apenas de uma pequena fração das ameaças legais que os jornalistas enfrentam; outros riscos, como processos ou investigações por crimes financeiros, violações de privacidade, violência e doxing, não estão incluídos. Para essas ameaças, entre em contato com organizações como o Comitê para a Proteção dos Jornalistas, The Rory Peck Trust, e Media Defence.

[3] Outras jurisdições têm leis ou iniciativas anti-SLAPP; no entanto, elas geralmente têm escopo limitado e se concentram principalmente no direito ambiental.

JORNALISMO PRONTO PARA A CRISE

Da mesma forma, os EUA atraem inúmeras SLAPPs, apesar do fato de que 32 estados e o Distrito de Columbia promulgou uma legislação anti-SLAPP. A miscelânea de leis do país, que oferece níveis variados de proteção, não impede que os autores de ações judiciais - vindos de todo o mundo - explorem o sistema jurídico dos EUA em um esforço para atingir e prejudicar jornalistas. Os Estados Unidos e o Reino Unido representam as ameaças mais significativas para os jornalistas e para a liberdade de expressão jornalística, pois as ações judiciais nessas jurisdições provavelmente resultarão em altos custos de defesa e sentenças potencialmente ainda mais altas. Outros sistemas jurídicos impõem custos mais baixos, mas geralmente também níveis mais baixos de proteção jurídica aos editores.

ABORDAGEM DO PROBLEMA

Escreva e edite com uma abordagem proativa e protetora, garantindo que sua organização incorpore as seguintes práticas em suas políticas editoriais:

Coleta de notícias

- Confie em fontes confiáveis e de boa reputação, minimizando fontes anônimas de acordo com suas diretrizes editoriais
- Mantenha registros completos das comunicações, anotações e documentos de apoio para comprovar seus fatos

Redação e edição

- Seja preciso e cauteloso ao fazer referência a qualquer alegação de imoralidade ou ilegalidade
- Faça referência explícita a decisões jurídicas anteriores, garantindo sua relevância para o contexto atual
- Separe claramente as opiniões das declarações de fatos e garanta que essas opiniões sejam genuínas e razoavelmente justificadas com uma base sólida
- Se surgirem incertezas, consulte um consultor jurídico para análise antes da publicação

Revisão legal

- Sempre ofereça aos participantes a oportunidade de comentar e apresentar suas respostas de forma justa
- Sempre que possível, use documentos para corroborar todas as alegações
- Peça permissão para usar qualquer material protegido por direitos autorais ou marcas registradas (por exemplo, fotografias, desenhos, músicas, vídeos etc.), pois a exceção de "uso justo" raramente é aplicável
- Em caso de ação judicial, procure assistência jurídica imediata

RECURSOS

• Módulos de treinamento do OCCRP: 12 módulos de treinamento disponíveis sobre como escrever e editar histórias e, ao mesmo tempo, limitar o risco de processos por difamação e outros assédios legais, elaborados pelos principais advogados de difamação dos EUA e do Reino Unido. Entre em contato com o OCCRP (info@occrp.org) para obter acesso a esses módulos.

• "[Diretrizes Éticas para Jornalistas](#)", Grupo de Comunicações das Nações Unidas

JORNALISMO PRONTO PARA A CRISE

2. FORTALECIMENTO POR MEIO DE DOCUMENTAÇÃO LEGAL

IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA

Os contratos escritos na área de publicação, como os de licenciamento, tradução ou comissionamento de histórias, são documentos legais que descrevem os termos, direitos e obrigações entre os criadores de conteúdo e os editores, garantindo clareza sobre propriedade, distribuição, remuneração, alocação de riscos e uso do conteúdo. Esses contratos são essenciais para todas as partes envolvidas no jornalismo, inclusive organizações de mídia e freelancers, pois estabelecem responsabilidades claras e protegem contra responsabilidades legais.

Para as organizações de mídia, esses contratos protegem de forma vital seus interesses e garantem a conformidade com os padrões do setor, minimizando assim o risco de disputas. Para projetos de edição conjunta, esses contratos garantem que todas as partes entendam suas funções e obrigações, promovendo a colaboração e evitando conflitos. Para freelancers, um contrato por escrito é igualmente importante. Ele elimina a dúvida, a ambiguidade e a confusão na relação de trabalho, fornecendo proteção vital contra falta de pagamento, responsabilidade e outras questões legais. Infelizmente, muitos freelancers de mídia em todo o mundo costumam trabalhar sem contratos formais, confiando em trocas informais de texto ou e-mail que não especificam os termos do projeto nem estabelecem as medidas de segurança necessárias.

No mínimo, os contratos por escrito devem delinear claramente os principais aspectos, inclusive o escopo do trabalho, como as alterações serão tratadas, as condições de pagamento e a propriedade dos direitos autorais. Ao formalizar esses detalhes em um contrato por escrito, os jornalistas não apenas protegem seus interesses, mas também promovem uma colaboração mais profissional e transparente com as organizações. Dessa forma, ambas as partes podem se envolver com mais confiança, sabendo que seus direitos e responsabilidades estão bem definidos e protegidos. Além disso, esses contratos devem incluir elementos essenciais, como indenização e cobertura de seguro adequada, como o Reporters Shield, um programa de seguro que protege os jornalistas contra custos e responsabilidades legais relacionados às suas atividades de reportagem.

ABORDAGEM DO PROBLEMA

- O Vance Center tem modelos - inclusive para colaboradores autônomos, licenciamento e tradução - e buscamos aconselhamento local para nossos clientes quando eles precisam ser adaptados a uma jurisdição específica (seja para um estado específico dos EUA ou outro país)
- Os freelancers devem desenvolver modelos a partir de seus trabalhos anteriores e atuais e incentivar ativamente seus colegas a fazerem o mesmo, estabelecendo, em última análise, padrões consistentes e justos em todo o setor
- As publicações devem estabelecer uma política organizacional que exija o uso de contratos por escrito ao colaborar com freelancers, garantindo a consistência dos resultados e minimizando o risco de disputas

RECURSOS

- Modelos da Aliança ACOS
- Modelo de contrato do Freelance Investigative Reporters + Editors (FIRE)

3. PROTEÇÃO CONTRA RISCOS: REALOCAÇÃO, FORMAÇÃO DE EMPRESAS E ISENÇÃO DE IMPOSTOS

IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA

Em muitos países, as leis oferecem pouca proteção à mídia, e as autoridades perseguem e ameaçam jornalistas que investigam a corrupção ou as finanças do governo. Consequentemente, muitas publicações devem considerar como podem continuar a operar devido ao aumento da censura, à perseguição política e ao risco de retaliação financeira por parte do governo.

ABORDAGEM DO PROBLEMA

Criação de uma nova entidade em uma jurisdição diferente - os jornalistas que se mudam para os EUA geralmente decidem incorporar uma organização sem fins lucrativos e obter o status de isenção de impostos federais [ou seja, status 501(c)(3)].

A constituição de uma organização sem fins lucrativos traz muitos benefícios:

- **Status de isenção de impostos:** As organizações sem fins lucrativos com status 501(c)(3) são isentas do pagamento de impostos de renda federais e estaduais sobre a receita gerada por atividades relacionadas à sua missão. Além disso, os doadores podem receber deduções de caridade por suas contribuições.
- **Acesso a subsídios e financiamento:** Muitas organizações sem fins lucrativos se qualificam para receber subsídios de agências governamentais, fundações e outras organizações. Esses subsídios podem fornecer apoio financeiro significativo para programas e operações.
- **Confiança e credibilidade do público:** O fato de ser uma organização sem fins lucrativos sinaliza ao público que a organização é orientada por uma missão e está concentrada em beneficiar a sociedade, em vez de gerar lucros para os acionistas ou seguir uma agenda política. Isso pode ajudar a criar confiança entre os doadores, voluntários e a comunidade.
- **Alinhamento da missão:** As organizações sem fins lucrativos têm a liberdade de buscar suas missões sem a pressão de priorizar atividades lucrativas. Isso permite que elas se concentrem na abordagem de questões sociais, ambientais ou culturais que podem não ser tratadas adequadamente por entidades com fins lucrativos.
- **Flexibilidade nas operações:** Embora as organizações sem fins lucrativos devam aderir a determinados requisitos de governança e relatórios, elas geralmente têm mais flexibilidade na forma como operam em comparação com as empresas com fins lucrativos que devem priorizar a maximização do lucro em detrimento do impacto social. Isso pode permitir que as organizações sem fins lucrativos se adaptem mais rapidamente às circunstâncias e às necessidades da comunidade em constante mudança.
- **Oportunidades de colaboração:** As organizações sem fins lucrativos geralmente colaboram com outras organizações, inclusive órgãos governamentais, empresas e outras organizações sem fins lucrativos, para enfrentar desafios sociais complexos. Essa colaboração pode levar a soluções inovadoras e a um impacto maior.

RECURSOS

- O Programa de Reportagem de Interesse Público pode ajudar organizações estrangeiras a estabelecer uma presença nos Estados Unidos. O Lawyers for Reporters, outro programa do Vance Center, tem modelos e oferece assistência pro bono a organizações e jornalistas sediados nos Estados Unidos que desejam abrir entidades.
- Comitê para a Proteção dos Jornalistas
- Media Defence

JORNALISMO PRONTO PARA A CRISE

AGRADECIMENTOS

O Cyrus R. Vance Center for International Justice, desenvolveu essas diretrizes com o generoso apoio do Global Media Defence Fund* da UNESCO.

*As designações empregadas e a apresentação do material ao longo destas diretrizes não implicam a expressão de qualquer opinião por parte da UNESCO com relação à situação legal de qualquer país, território, cidade ou área ou de suas autoridades, ou com relação à delimitação de suas fronteiras ou limites.

O Vance Center é responsável pela escolha e apresentação dos fatos contidos nesta publicação e pelas opiniões nela expressas, que não são necessariamente as da UNESCO e não comprometem a Organização.



With the support of the
UNESCO Global Media Defence Fund (GMDF)

SOBRE O CYRUS R. VANCE CENTER FOR INTERNATIONAL JUSTICE

O Cyrus R. Vance Center for International Justice promove a justiça global ao envolver advogados de outros países para apoiar a sociedade civil e uma profissão jurídica eticamente ativa. Fazemos isso por meio de duas abordagens principais. Primeiro, fornecemos representação jurídica gratuita para organizações da sociedade civil e órgãos internacionais de direitos humanos em todo o mundo, em parceria com os principais escritórios de advocacia. Esse trabalho se divide em quatro áreas temáticas: meio ambiente, direitos humanos e acesso à justiça, integridade institucional e relatórios de interesse público. Além de nosso trabalho gratuito para clientes, o Vance Center trabalha para tornar a profissão de advogado um espaço mais diversificado e acessível para todos. Envolvermos escritórios de advocacia, associações de advogados, faculdades de direito e câmaras de compensação gratuita para incentivar e participar de iniciativas inovadoras que fortaleçam uma prática ética gratuita, criem apoio sistêmico para a lei de interesse público e reduzam as barreiras para um campo jurídico mais diversificado. Somos um programa beneficente da New York City Bar Association.



CYRUS R. VANCE CENTER
FOR INTERNATIONAL JUSTICE